

de TV a Cabo prevê em seus artigos que a regulamentação seria feita pelo Poder Executivo, ouvido o Conselho de Comunicação Social. Por isso, eu entendia que estaríamos praticando aquela palavra, levada à notoriedade pelo Ministro Sérgio Motta, ao se referir à política social do Governo Federal; propunha, portanto, que fosse sobrestada aquela regulamentação até que fosse instalado o Conselho de Comunicação Social, criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, até hoje não instalado.

Portanto, estamos apresentando esse projeto de resolução, com o apoioamento, pela sua tramitação, de 23 Senadores e 85 Deputados, e esperamos contar com o voto dos meus Pares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – Concedo a palavra ao Senador Valmir Campelo, pelo prazo de cinquenta minutos.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB-DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, todos nós temos conhecimento das necessidades brasileiras no campo da habitação. O sonho de ter onde morar é acalentado por legiões e legiões de brasileiros das classes menos favorecidas.

As migrações em direção às regiões mais desenvolvidas provocaram o inchaço das grandes cidades nos anos 80 e 90, tornando inevitável o déficit habitacional do País, sem dúvida um dos maiores do mundo.

Pesquisas recentes, realizadas pelo Instituto de Desenvolvimento e Apoio à Construção, revelam que o déficit de moradia no Brasil atinge a monumental cifra de 12,5 milhões de habitações. Setenta e sete por cento das famílias sem teto concentram-se nas camadas com renda de até três salários mínimos.

O mais grave é que, se considerarmos o tamanho médio das famílias brasileiras, normalmente integradas por quatro pessoas, chegaremos à inacreditável cifra de cinquenta milhões de brasileiros atingidos pela falta de moradia: nada mais, nada menos que cerca de um terço da nossa população.

Pois bem, Sr^s e Srs. Senadores, eu poderia permanecer horas a fio discorrendo acerca da crise do setor habitacional brasileiro, bem como das conseqüências dramáticas que a falta de moradia provoca sobre a formação dos jovens e da família em geral. Aliás, já ocupei esta tribuna diversas vezes para tratar do problema e já o levei diretamente ao Presidente da República, que mostrou-se igualmente preocupado e disposto a encarar a questão com a urgência e a profundidade que a sua dimensão requer.

Providência importante nesse sentido foi anunciada pelo Presidente da Caixa Econômica Federal, dando conta da reabertura, nos próximos meses, dos financiamentos para habitação.

O titular da CEF informou que a política de construção de moradias estará voltada prioritariamente para as classes de menor renda, ressaltando, entretanto, que a classe média também será beneficiada com as linhas de financiamento.

Tudo isso é muito positivo e, na minha opinião, constitui um passo importante na definição de uma política habitacional renovada, com bases sólidas e estrutura suficiente para sustentar o desenvolvimento progressivo do setor.

O que não podemos esquecer, Sr^s e Srs. Senadores, nesse processo de renovação e redirecionamento da política habitacional, é da readequação e correção das regras, dos parâmetros que orientarão o processo.

Falo, especificamente, do Sistema Financeiro da Habitação, que precisa, indubitavelmente, ser revisto e readequado à nova realidade.

O dispositivo que regula as transferências de financiamento no âmbito do SFH, por exemplo, é uma completa aberração. Além de consagrar uma enorme injustiça contra quem adquire um imó-

vel financiado pela CEF, constitui um contra-senso, que favorece exatamente as classes mais abastadas da população, em vez de beneficiar aqueles que lutam com dificuldades para adquirir a casa própria.

Pelas regras atuais, quando o cidadão adquire um imóvel financiado pela CEF e dá início ao processo de transferência do financiamento, vê-se obrigado a refazer todo o contrato, com alterações sempre para cima dos valores das prestações, do saldo devedor, das taxas de juros e demais encargos previstos em lei.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, sem qualquer intenção de arvorar-me em reformador do SFH, quero, no entanto, deixar minha contribuição para o aperfeiçoamento do Sistema.

Nesse sentido, estou apresentando à apreciação dos meus nobres Pares projeto de lei alterando essas disposições que regulam as transferências de financiamentos no âmbito do SFH.

Estou propondo a alteração da Lei nº 8.004, que regula as citadas transferências de financiamentos da CEF, de forma que, em se tratando de aquisição do primeiro imóvel, sejam mantidas as condições do contrato original, incluindo-se aí os valores das prestações do mês da transferência, do saldo devedor, das taxas de juros e dos encargos pertinentes.

Entendo que, dessa forma, o SFH deixará de penalizar os segmentos sociais que têm no Sistema a única possibilidade de acesso à moradia própria. Ou seja, ao adquirir uma casa ou apartamento financiado pela CEF, o cidadão terá a garantia de que, ao transferir o financiamento para o seu nome, serão mantidas as condições do contrato original, sem as injustas alterações praticadas hoje, como a elevação estratosférica do valor das prestações, o aumento do saldo devedor, das taxas de juros, etc.

Dessa forma, acreditando que a alteração que estou propondo é justa e repercutirá diretamente na qualidade de vida das pessoas, facilitando-lhes o acesso à cada própria, peço aos meus nobres Pares que dediquem especial atenção à proposição, que é uma contribuição para o aperfeiçoamento das regras que presidem o Sistema Financeiro da Habitação e tem o escopo de facilitar a solução do grave problema de moradia que aflige a população brasileira.

Estou apresentando, neste momento, Sr. Presidente, o projeto de lei, portanto, que dispõe sobre a transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências, especificamente para aquele que vai adquirir, através da Caixa Econômica Federal, a sua primeira residência.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – Concedo a palavra à Sr^a Senadora Marina Silva. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Joel de Hollanda. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador João França. (Pausa)

Concedo a palavra à Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA (PT-AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, aproveito a oportunidade para fazer um relatório, como de costume nesta Casa fazem os Parlamentares que daqui se ausentam, principalmente em viagens internacionais.

A convite da Amanaka a, dos dias 1º a 12 de maio, fui a Nova Iorque, onde tive a oportunidade, juntamente com o Senador Geraldo Melo, de participar da Semana da Amazônia. S. Ex^a representou, na abertura do evento, o Presidente do Senado, o Senador José Sarney, e eu, como conferencista, tive a grande oportunidade de falar sobre vários temas referentes à Amazônia.

O objetivo deste relatório é apresentar, de forma sucinta, as principais atividades que marcaram minha visita à cidade de Nova Iorque, por ocasião da VI Semana da Amazônia. Durante doze

dias, pudemos firmar importantes contatos com autoridades e instituições daquele país, bem como anunciar para os norte-americanos um novo momento vivido pela Amazônia e seu povo, um momento ainda de muitas dificuldades sociais, econômicas e ambientais, que afinal atingem todo o País, mas onde despontam, cada vez com mais força, alternativas produtivas geradas nas comunidades, nas cidades e na floresta, que são ecologicamente sustentáveis, economicamente viáveis e socialmente justas.

Tenho a grata satisfação de anunciar que, juntamente com a delegação brasileira, ali estavam presentes representantes de comunidades indígenas, do Governo Federal, através do Presidente do IBAMA, Sr. Raul Jungman, conferencista em um dos eventos da Semana da Amazônia.

Passo, então, a descrever, dia a dia, os eventos que ali ocorreram.

No dia 1º de maio, tivemos a oportunidade de participar da abertura da Semana da Amazônia no auditório das Nações Unidas, com a presença de várias autoridades brasileiras.

Fui uma das oradoras na reunião de abertura da Semana da Amazônia. Dela participaram o Embaixador Celso Amorim, o Senador Geraldo Melo, o cacique Davi Yanomami e a coordenadora da Semana, Christine Halvorson.

Na oportunidade, descrevi este momento na Amazônia, especialmente relatando as inúmeras experiências bem-sucedidas da produção sustentável. Destaquei o papel fundamental do Governo e do Congresso na formulação de políticas inspiradas nessas experiências, políticas essas que visam a oferecer melhores condições para seu desenvolvimento e sua reorganização, para uma gestão compatível com os interesses do meio ambiente e da preservação ambiental.

No dia 2 de maio houve uma reunião com várias entidades não governamentais sediadas em Nova Iorque. E eu, juntamente com a Deputada Janete Capeberibe e seu assessor, Sr. Fernando Alegretti, que é o Secretário de Relações Exteriores do Governo do Amapá, tivemos a oportunidade de apontar as novas perspectivas criadas dentro da Amazônia, principalmente no eixo Acre-Rondônia. É importante ressaltar que contamos com a presença do Governo, que também está-se comprometendo com um projeto de desenvolvimento sustentável. O Governo do Pará também aponta neste caminho. Enfim, há várias experiências bem-sucedidas que vêm sendo gestadas naquela região, dependendo apenas de apoio público para que possam ser ampliadas.

No dia 3 de maio, tive a oportunidade de participar de mais uma rodada de debates, cujo tema era "Proteção Ambiental e o Desenvolvimento no Brasil". Nela estavam presentes outros conferencistas, como por exemplo, Steve Schwartzman, o índio Davi Yanomami, Jason Clay e também Christine Halvorson, da Amanakaa.

No dia 4 de maio, visitei o Consulado do Brasil em Nova Iorque, onde tratei do trabalho que venho fazendo dentro da Amazônia e das perspectivas deste trabalho, como Senadora, para as autoridades brasileiras ali residentes.

No dia 5 de maio, houve a sessão de abertura do "Seminário sobre a Amazônia". Mais uma vez, fui uma das principais conferencistas ao lado de outras autoridades, entre elas, a Deputada Beth Azeite, o Ministro Almir Barbuda, da Câmara de Comércio do Governo brasileiro, Marcos Terena, Presidente do Comitê Intertribal e Christine Halvorson, da Amanakaa.

Na ocasião, ressaltai a importância do conhecimento e da cultura das populações amazônicas, preservada até nossos dias. Relembrei a exploração da cana-de-açúcar e do tabaco desde o séc. XVII até os dias atuais, como também a exploração da madeira e da pecuária, que tantos problemas sociais e ambientais vêm causando à nossa região.

Na mesma área, onde cerca de 100 famílias antigamente trabalhavam e viviam da extração do látex, hoje, transformada em fazendas que utilizam apenas 6 peões, ocasionando uma política desastrosa para essas pessoas, sem perspectiva de sobrevivência, que acabam indo para a periferia das grandes cidades da Região Amazônica. Este é um caso que podemos ilustrar, pois tinha uma população semelhante à do Acre e, hoje, conta com 2 milhões de habitantes, sem as mínimas condições de saneamento básico, saúde, educação e infra-estrutura.

Ainda houve debates sobre ecoturismo, com a participação de um representante do Governo do Amapá, um painel sobre ecoturismo, alguns vídeos apresentando atividades do Estado do Amapá e vários outros painéis com atividades recreativas que estiveram presentes durante a Semana da Amazônia.

Destaco aqui um painel importante sobre o desenvolvimento da Amazônia Ocidental, onde também tivemos a oportunidade de ter a participação de Bruce Rich, que vem lidando com as questões do desenvolvimento daquela região; de Mauro Leonel, que é um pesquisador da Amazônia. Eu também tive a oportunidade de participar dessa Mesa.

Tivemos um outro painel sobre os Direitos Fundiários, em que participaram o pesquisador Steve Schwartzman; Márcio Santilli, que é um grande conhecedor dos problemas da causa indígena no nosso País, do Instituto Sócio-Ambiental; o índio Davi Yanomami e Cláudia Andujar, membro da Comissão para a Criação do Parque Yanomami.

Enfim, foram inúmeras atividades durante toda a Semana da Amazônia, além de exposição de fotografia, reuniões de articulação, quando tivemos a oportunidade de mostrar a cara do Brasil, com seus problemas, com suas dificuldades, mas, ao mesmo tempo, com a sua altivez, no sentido de gerar soluções e apresentá-las para o conjunto da sociedade brasileira.

Infelizmente, por problemas de saúde, não pude cumprir a agenda que estava prevista para Washington, onde manteria contato junto ao Banco Mundial e ao Banco Interamericano, no sentido de levarmos os nossos projetos e as nossas propostas. Todavia, apesar de tudo, considerei muito proveitosa a viagem.

Faço questão de registrar aqui, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, a solidariedade recebida por parte do Senador José Sarney, que, de pronto, colocou todos os recursos à minha disposição no momento em que adoeci; por parte do meu Líder, Senador Eduardo Suplicy, que também se empenhou junto ao Senador José Sarney e também por parte da Embaixada brasileira em Nova York, que me deu todo o apoio, por meio do seu funcionário, uma figura simpática, o Sr. Dario Campos, ao qual sou muito grata, inclusive, pela forma com que me ajudou.

Além dessas pessoas, pude contar também com o apoio da Zezé Weis, Presidente da Amanakaa, da produtora de arte norte-americana Elizabeth Robinson e de várias outras pessoas.

Tive oportunidade também de manter contato com um artista plástico que faz um trabalho muito interessante, Antônio Peticov, que me mostrou, inclusive, um projeto da criação de um grande parque que ele apresentou na ECO-92 e solicitou o nosso empenho no sentido da realização dessa grande obra.

Encontrei-me também com o fotógrafo paranaense Valdir Cruz, que está fazendo um trabalho de documentação sobre as lideranças da Amazônia. Foi bastante edificante, uma vez que aquele artista, por intermédio da sua arte, expõe para o mundo os temas ambientais amazônicos.

Para finalizar, gostaria apenas de ressaltar que a agenda que estava prevista para a segunda semana em Washington foi cancelada em função dos meus problemas de saúde.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SR^a MARINA SILVA EM SEU DISCURSO:

Marina Silva
Relatório de Viagem a Nova Iorque (*) (**)
1 a 12 de Maio de 1995

Objetivo:

Neste relatório eu apresento de forma resumida as principais atividades que marcaram a minha visita à cidade de Nova Iorque, por ocasião da Sexta Semana da Amazônia. Durante doze dias pudemos firmar importantes contatos com autoridades e instituições daquele país, bem como anunciar para os norte-americanos um novo momento vivido pela Amazônia e seu povo. Um momento ainda de muitas dificuldades sociais, econômicas e ambientais, que afinal atingem todo o país, mas onde desponta, cada vez com mais força, alternativas produtivas geradas nas comunidades, nas cidades e na floresta que são ecologicamente sustentáveis, economicamente viáveis e socialmente justas.

Dia 1º de Maio:

Cerimônia de Abertura da Semana da Amazônia
Auditório das Nações Unidas

Fui uma das oradoras na mesa de abertura da Semana da Amazônia, onde também participaram o Embaixador Celso Amorim, o Senador Geraldo Melo, o cacique Davi Yanomami e a coordenadora da Semana, Christine Halvorson.

Descrevi, na oportunidade, esse momento na Amazônia, especialmente em relação às inúmeras experiências bem sucedidas de produção sustentável. Destaquei, entretanto, o papel fundamental do Governo e do Congresso na formulação de políticas inspiradas nessas experiências, de maneira a oferecer melhores condições para o seu desenvolvimento e a sua generalização para outras regiões da Amazônia e do País.

Dia 2 de Maio:

Reunião com ONG sediadas em New York, juntamente com a Deputada Janete Capeberibe (Amapá) e Fernando Alegretti, secretário de relações externas do Governo do Amapá.

Foi tratado aspectos da situação dos povos da Amazônia, além da recente visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso aos EUA quando, entre outros compromissos, esteve com as ONG locais debatendo temas como as demarcações de terras indígenas, a violência no campo e a aplicação da Agenda 21 no Brasil e nos EUA.

Dia 3 de Maio:

Reuter Forum

Proteção Ambiental e Desenvolvimento no Brasil

Proferi palestra sobre alternativas de desenvolvimento sustentável na Amazônia, ao lado de Davi Kopenawa Yanomami, Steve Schwartzman, da EDF, e Jason Clay [Clei], da Rights and Resources [Raitis end Risorches].

Dia 4 de Maio:

Visita ao Consultado Geral do Brasil em New York.

Debatemos assuntos relacionados com o mandato no Senado Federal e o trabalho que venho desenvolvendo em toda a Amazônia.

Dia 5 de Maio:

Sessão de Abertura do Seminário sobre a Amazônia

Participei na mesa de abertura do seminário juntamente com a Deputada Beth Azize, o Ministro Almir Barbuda, da Câmara de Comércio do Governo Brasileiro, Marcos Terena, Presidente do Comitê Intertribal e Christine Halvorson (Christini Halvorson), da Amanaká a de New York.

Na ocasião, ressaltei a importância do conhecimento e da cultura das populações amazônicas, que souberam viver, produzir e preservar até os nossos dias. Relembrei desde o século XVII, com a exploração da cana-de-açúcar e o tabaco até os dias atuais a

madeira e a pecuária, que tantos problemas sociais e ambientais vêm causando à região. Na mesma área onde cerca de 100 famílias se ocupam extraindo a seringa, uma fazenda de gado emprega apenas cerca de 6 pessoas. As demais buscam as periferias das cidades, sujeitas à toda sorte de degradação. Lembrei ainda o importante trabalho que vem sendo desenvolvido na cidade de Rio Branco, no Acre, além do que se inicia nos Estados do Amapá, Rondônia e Pará.

Marcos Terena disse que existem 160 línguas para uma população de aproximadamente 300 mil índios no Brasil. A Deputada Beth Azize apresentou algumas propostas do INPA (Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia), tais como, o conhecimento científico dos ecossistemas da região, uma política de produção de alimentos de origem animal (peixes) e vegetal (frutas) e a exploração sustentável e manejo de recursos florestais. O Ministro Barbuda ressaltou a importância da riqueza genética e biológica desenvolvida tecnologicamente na própria Amazônia, o conhecimento tradicional, a adequada transferência de tecnologia dos países mais desenvolvidos e a reinterpretção adequada da Convenção da Diversidade Biológica no Brasil.

Ainda houveram debates sobre Eco-Turismo, onde foi abordada a sua importância como atividade sustentável na Amazônia, desde que voltada para a geração de emprego para a população local, respeito à cultura local e conservação da fauna e da flora. Foi muito criticada iniciativas já existentes que não consideram esses e outros critérios.

Painel sobre Eco-Marketing, com exposição de Fernando Alegretti (Gov. do Amapá), Siã Kaxinawá do Acre e empresários dos EUA.

Dia 6 de maio:

Painel e Vídeo sobre o Estado do Amapá, apresentados pela Deputada Janete Capeberibe e Fernando Alegretti e que trata sobre o Programa de Governo para o Desenvolvimento Sustentável.

Painel sobre o Desenvolvimento da Amazônia Ocidental

Ao lado de Bruce Rich da EDF, Mauro Leonel e Adalberto Macuxi (Rondônia), apresentei as experiências de produção sustentável desenvolvidas pelos seringueiros (CAEX, CNS, etc.), pelos castanheiros, açaizeiros, populações ribeirinhas, especialmente as reservas extrativistas e o projeto Reça, com o cultivo de frutas típicas da floresta.

Bruce Rich expôs os principais fatos que marcaram a atividade do Banco Mundial em Rondônia, com destaque para a mudança de atitude após o desastre ambiental e social provocado na região pela construção da BR-264 - com recursos do Banco - e a mobilização dos seringueiros em favor das reservas extrativistas.

Painel sobre os Direitos Fundiários

Exposição de Steve Schwartzman (EDF), Marcio Santilli, do Instituto Sócio-Ambiental, Davi Yanomami.

Steve criticou a postura dos que defendem apenas os parques ecológicos como estratégia única de conservação de ecossistemas, descartando o direito de comunidades indígenas e tradicionais.

Marcio Santilli criticou a propriedade da terra pelo Estado tendo os índios apenas o direito de uso. A demarcação não deve ser encarada como um presente do Estado para os índios. Ela serve também para o governo saber por onde devem passar as estradas: criar unidades de conservação e incentivar atividades econômicas. São 523 áreas indígenas, 253 estão demarcadas, 15% das quais ainda não reconhecidas pelo governo e 85% sofreram algum tipo de invasão. A questão indígena depende de políticas fundiárias, mineração, florestal, políticas públicas finais. O que preocupa é saber se o governo quer avançar ou recuar o processo das demarcações.

Dia 7 de Maio:

Reunião com a ONG Amanaká de Nova Iorque

Avaliação da Semana da Amazônia e programação de encontros no Brasil.

Dia 8 de Maio:

Visita ao artista plástico Antonio Petcov

Peticov apresentou os trabalhos que vem realizando em Nova Iorque e no Brasil

Dia 9 de Maio:

Visita ao fotógrafo paranaense Valdir Cruz

O fotógrafo está realizando um trabalho de documentação sobre liderança da Amazônia.

Dia 10 de maio:

Reunião com a jornalista Fay Haussman

Trocamos informações sobre a situação das reservas extrativistas, a exploração da borracha e da castanha, o projeto Reca, o trabalho do CTA, entre outros temas.

Dia 12 de Maio:

Reunião com o Embaixador do Brasil em Nova Iorque, Dr. Marco Cosar Naslavsky

O embaixador se despediu no meu último dia de estada na cidade, confirmando sua mudança em breve para a embaixada da Bolívia. Adiantei então ao embaixador alguns temas pertinentes à sua nova função. Tais como, a grave situação em que se encontram inúmeras famílias de seringueiros brasileiros que hoje vivem em território boliviano, sofrendo toda sorte de injustiças e discriminações. Vou facilitar um encontro do embaixador com o bispo Moacir Grecci, de Rio Branco, que tem informações mais detalhadas sobre o fato.

(*) Infelizmente parte da programação prevista, especialmente os contatos a serem feitos em Washington (Banco Mundial, Banco Interamericano e Congresso Nacional), foi inviabilizada em função de problemas de saúde. Desde a minha chegada nos EUA, tive que me submeter a consultas e exames médicos, contando para tanto com o respaldo e a compreensão do Presidente da Casa, Senador José Sarney, assim como do Senador Eduardo Suplicy.

Em Nova Iorque, fui muito bem assistida por Zezé Weis, Elizabeth Robinson e pela embaixada brasileira, na pessoa do Sr. Dario Campos.

(**) Conteí também com a companhia de meu assessor para meio ambiente, Nilo Diniz, que fazia uma viagem de visita a projetos e organizações governamentais e não-governamentais de meio ambiente, a convite do governo daquele país.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - V. Ex^a será atendida na forma regimental.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, gostaria de solicitar o empenho do Exm^o Sr. Ministro da Saúde Adib Jatene, no sentido de realizar, em caráter de urgência, uma campanha nacional, motivando a população a doar os seus órgãos em caso de morte cerebral comprovada, visando a salvar a vida dos pacientes que morrem nas filas de espera.

São diversos os casos de pais e de mães que estão aguardando a possibilidade de seus filhos poderem receber a doação de um fígado, seja de algum outro órgão.

Há poucos dias, recebi uma carta do Dr. Ruben Dario Mayorga Mera, Prof. da Universidade Federal do Ceará, e de sua esposa Maria Oliveira Mayorga, fazendo um apelo veemente

para que, de um lado, haja essa campanha nacional motivando a população a doar os seus órgãos em caso de morte cerebral comprovada, visando a salvar a vida dos pacientes que morrem nas filas de espera, e, de outro, relatando de como, há um ano e meio, tendo vindo de Fortaleza para São Paulo, estão aguardando no Instituto do Fígado que haja a possibilidade de alguém fazer a doação para seu filho. Chegaram, inclusive, a mostrar ao Ministro da Saúde a difícil situação em que se encontram.

Sr. Presidente, nesta Casa - bem como na Câmara dos Deputados -, há projetos, como os dos Senadores José Eduardo Dutra, Darcy Ribeiro, Benedita da Silva e outros, que guardam relação com a legislação vigente hoje em Portugal, que torna necessária uma recusa expressa para a não-realização da doação de órgãos.

No Brasil, o órgão somente é doado quando o doador expressa a sua concordância. Seria perfeitamente possível ter-se um procedimento legal, semelhante ao português, segundo o qual a pessoa que prefere não doar os seus órgãos, seja por razões religiosas, espirituais, íntimas ou por preferência pessoal, registre a sua vontade. Não havendo esse registro, a lei poderia expressar a doação do órgão no caso de morte cerebral. Isso, Sr. Presidente, viria a salvar inúmeras vidas.

Segundo informações da Unidade de Fígado do HC-FMUSP, de janeiro de 1994 a janeiro de 1995, havia 77 pacientes em lista de espera, dos quais 27 foram transplantados, 33 não suportaram a espera, chegando a falecer, e o restante aguarda o momento do transplante. Portanto, o número de óbitos em lista ultrapassou o número de transplantes realizados. A equipe técnica e as instalações da Unidade de Fígado HC-FMUSP comportam realizar até 8 transplantes por mês, ou seja, 96 por ano, meta que está longe de ser atingida devido, principalmente, à falta de doadores.

Estima-se que em torno de 30% das famílias dos doadores potenciais se negam a doar os órgãos de seus entes queridos. Problemas de ordem sentimental e, sobretudo cultural, devem influenciar significativamente essa decisão. Nos países do Primeiro Mundo, como os Estados Unidos e os que formam a Comunidade Econômica Européia, o número maior de doações determina que maior número de transplantes sejam realizados, portanto, maior número de vidas sejam salvas.

Por tais razões, é de vital importância que as autoridades competentes saiam do letargo e realizem uma campanha nacional de esclarecimento à população brasileira, no sentido de motivar a doação de órgãos que, sem esquecer a compreensível dor que envolve os parentes dos doadores potenciais, permita, em contrapartida, salvar vidas de doentes terminais.

A campanha proposta, para viabilizar a doação, deve ser dirigida também às equipes responsáveis pela UTIs dos hospitais, no que diz respeito aos cuidados necessários no atendimento aos pacientes com morte cerebral comprovada, permitindo, desta maneira, tomá-los doadores potenciais.

Seria importante que nós desta Casa agilizássemos a tramitação desses projetos de lei que visam a aceleração das doações. Mas, enquanto isso não for aprovado, é preciso mobilizar a sociedade mediante campanhas.

É verdade que o Ministro Adib Jatene tem-se voltado para essa questão, mas gostaríamos que houvesse uma preocupação ainda maior.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias. Fazendo soar a campanha.) - Nobre Senador Eduardo Suplicy, solicito sua colaboração no sentido do cumprimento do Regimento Interno.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Sr. Presidente, V. Ex^a se refere ao número de Senadores presentes?